CONTRATO Nº 52/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4200/2024

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 01/2025

CONTRATANTE: SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO – SAME/FM

CONTRATADA: IMON – INSTITUTO MORATENSE DE NEFROLOGIA

Pelo presente instrumento de contrato de Prestação de Serviços, de um lado, o **SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO - SAME/FM,** Autarquia Municipal, devidamente inscrita no CNPJ. sob n° 59.045.351/0001-61, com sede Praça da Liberdade, nº 10 - Jardim Sinobe – Francisco Morato/SP, neste ato representada pelo Senhor Superintendente da Autarquia, Senhor **THIAGO CAMPOS AMADO,** Brasileiro, solteiro, funcionário publico, portador da célula de identidade [redacted] e [redacted], com endereço profissional acima indicado, de ora em diante denominado simplesmente **SAME/FM** e, de outro lado, a Empresa **IMON- INSTITUTO MORATENSE DE NEFROLOGIA,** devidamente inscrita no CNPJ sob nº 28.937.926/0001-27, com endereço a Rua Das Camélias, nº 118, loja 3 Belém Capela, Francisco Morato/SP , CEP 07990-040, neste ato representada pelo Sr. **NILSO MOREIRA**, Brasileiro, Casado, Sócio Administrador, portador da célula de identidade [redacted] e [redacted] de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA** e de conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, em especial em seu artigo 74, inciso IV c/c artigo 79, inciso I, têm entre si justo e livremente convencionado mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato consiste no **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA (TRS), PARA ATENDER O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO – SAME/FM, PARA USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA RRAS 03 - FRANCO DA ROCHA**, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, por períodos sucessivos, até o limite legal, em havendo interesse e desde que seja mantida a vantajosidade para a administração.

1.2. Pelos serviços prestados obriga-se a CONTRATANTE a pagar à CONTRATADA o valor mensal de até R$ 824.922,12 (oitocentos e vinte e quatro novecentos e vinte e dois e doze centos), conforme segue:

Cód. de Proced.	Procedimento	Quantidade Regional	Valor Unitário	Valor Total Regional
03.05.01.010-7	Hemodiálise para pacientes crônicos	2.860	R$ 240,97	R$ 689.174,20
03.05.01.011-5	Hemodiálise em	156	R$ 325,98	R$ 50.852,88

	portador de HCV e/ou HIV			
03.05.01.009-3	Excepcionalidades em Hemodiálise	150	R$ 240,97	R$ 36.145,50
04.18.01.003-0	Fístula Artério Venosa	10	R$ 859,20	R$ 8.529,20
07.02.10.001-3	Cateter de Longa Permanência para Hemodiálise	8	R$ 482,34	R$ 3.858,72
04.18.01.004-8	Acesso para hemodiálise implante de cateter longa permanência	8	R$ 200,00	R$ 1.600,00
07.02.10.002-1	Cateter p/ subclávia Duplo lúmen p/ hemodiálise	18	R$ 64,76	R$ 971,40
07.02.10.009-9	Dilatador p/ implante de cateter duplo lúmen	18	R$ 21,59	R$ 388,62
07.02.10.010-2	Guia metálico p/ introdução de cateter duplo lúmen	18	R$ 15,41	R$ 277,38
04.18.01.006-4	Acesso para hemodiálise implante de cateter duplo lúmen	18	R$ 115,81	R$ 2.084,58
04.18.01.001-3	Criação de FAV com enxertia de PTFE	4	R$ 1.453,85	R$ 5.815,40
04.18.02.001-9	Intervenção sobre FAV	5	R$ 600,00	R$ 3.000,00
02.02.07.008-5	Alumínio	19	R$ 27,50	R$ 522,50
02.02.03.063-6	Anti - HBS	37	R$ 18,55	R$ 686,35

02.02.03.067-9	Anti - HCV	37	R$ 18,55	R$ 686,35
02.02.03.078-4	Anti HBC IGG	37	R$ 18,55	R$ 686,35
02.02.03.089-0	Anti HBC IGG IGM	37	R$ 18,55	R$ 686,35
02.02.01.021-0	Cálcio	220	R$ 1,85	R$ 407,00
02.02.01.002-3	Capacidade de Fixação de Ferro	74	R$ 2,01	R$ 148,74
02.02.01.029-5	Colesterol	19	R$ 1,85	R$ 35,15
02.02.01.031-7	Creatinina	220	R$ 1,85	R$ 407,00
02.02.01.027-9	CT HDL	19	R$ 3,51	R$ 66,69
02.02.01.028-7	CT LDL	19	R$ 3,51	R$ 66,69
02.02.01.076-7	Dosagem de Hidróxivitamina D	37	R$ 15,24	R$ 563,88
02.02.01.038-4	Ferritina	74	R$ 15,59	R$ 1.153,66
02.02.01.039-2	Ferro	74	R$ 3,51	R$ 259,74
02.02.01.042-2	Fosfatase Alcalina	74	R$ 2,01	R$ 148,74
02.02.01.043-0	Fósforo	220	R$ 1,85	R$ 407,00
02.02.01.047-3	Glicose	220	R$ 1,85	R$ 407,00
02.02.03.097-0	HbsAg	37	R$ 18,55	R$ 686,35
02.02.02.037-1	Hematócrito	220	R$ 1,53	R$ 407,00
02.02.08.015-3	Hemocultura	15	R$ 11,49	R$ 172,35
02.02.02.030-4	Hemoglobina	220	R$ 1,53	R$ 336,60
02.02.01.050-3	Hemoglobina Glicosada	74	R$ 7,86	R$ 581,64
02.02.02.038-0	Hemograma	74	R$ 4,11	R$ 304,14

02.02.03.030-0	HIV	19	R$ 10,00	R$ 190,00
02.02.06.027-6	Paratormônio	74	R$ 43,13	R$ 3.191,62
02.02.01.060-0	Potássio	220	R$ 1,85	R$ 407,00
02.02.01.062-7	PTF	74	R$ 1,85	R$ 136,90
02.02.01.063-5	Sódio	220	R$ 1,85	R$ 407,00
02.02.06.037-3	T4 livre	19	R$ 8,76	R$ 166,44
02.02.01.065-1	TGP	220	R$ 2,01	R$ 442,20
02.02.01.066-0	Transferrina	74	R$ 4,12	R$ 304,88
02.02.01.067-8	Triglicerídeos	19	R$ 3,51	R$ 66,69
02.02.06.025-0	TSH	19	R$ 8,96	R$ 170,24
02.02.01.069-4	Uréia	440	R$ 1,85	R$ 814,00
03.01.13.005-1	Acompanhamento multiprofissional em DRC estágio 04 pré diálise	60	R$ 61,00	R$ 3.660,00
03.01.13.006-0	Acompanhamento multiprofissional em DRC estágio 05 pré diálise	40	R$ 61,00	R$ 2.440,00
	TOTAL MENSAL	6.848	R$ 5.032,17	R$ 824.922,12
	TOTAL ANUAL	82176	R$ 60.386,04	R$ 9.899.065,44

1.3. O valor ora pactuado tem como referência os procedimentos e serviços constantes da **Tabela SUS – SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS)**, podendo ser superior ou inferior, de acordo com as atualizações e valores estabelecidos na referida tabela vigente à época da execução dos serviços.

1.4. Na hipótese de variação que implique aumento dos valores da Tabela SUS – SIGTAP, o reajuste somente poderá ser implementado mediante celebração de termo aditivo contratual, devidamente justificado, com prévia e adequada previsão orçamentária, em conformidade com o disposto no art. 124, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que trata das alterações contratuais, bem como demais normas aplicáveis à execução orçamentária e financeira.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência do credenciamento será de 12 meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, por períodos sucessivos, até o limite legal, em havendo interesse e desde que seja mantida a vantajosidade para a administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O Valor Global do Credenciamento será de **R$ 9.899.065,44 (nove milhões, oitocentos e noventa e nove mil, sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).**

CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA

4.1. As despesas do presente Termo de Contrato serão cobertas pela seguinte dotação orçamentária:

03.00.00 - SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato.
03.01.00 - SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato.
03.01.01 - SAME – Serviço de Assistência Médica de F. Morato.
10.301.0012.2021 - Conservação e Funcionamento dos Serviços do SAME.
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros

Destinação de Recurso

01.310.0000 - Recurso Municipal
02.300.0000 - Recurso Estadual
05.300.0000 - Recurso Federal

CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO JURÍDICO

5.1 O presente Termo de Contrato tem seu fundamento disposto no artigo 74, inciso IV combinado com artigo 79, inciso I da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E CONTRATANTE

6.1 – DA CONTRATANTE

a) Comunicar à empresa credenciada, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada durante o processo de prestação de serviços, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas.

b) Efetuar o pagamento no prazo fixado neste termo.

6.2 – DA CONTRATADA/CREDENCIADA

a) A credenciada é a única e exclusiva responsável pela mão de obra aplicada e fornecimento de equipamentos para execução do objeto contratual;

b) A credenciada, para fiel atendimento do objeto do presente projeto básico, manterá em perfeito estado de funcionamento, manutenção e desempenho, os equipamentos utilizados na execução dos serviços, obedecendo todas as normas aplicáveis.

c) A credenciada se obriga a manter seus profissionais inscritos nos respectivos órgãos reguladores, preservando sua habilitação para prestação dos serviços, objeto do presente contrato, e comprovar anualmente o vínculo de seus empregados junto a estes órgãos.

d) A credenciada e seus prepostos têm plena capacidade técnica e estão totalmente habilitados a prestar os serviços ora contratados, dentro dos rigorosos padrões de qualidade e obedecendo as indicações técnicas do fabricante dos produtos utilizados, possuindo, inclusive, registro nos órgãos competentes.

e) A credenciada prestará os serviços de forma adequada e segura, respeitando toda a legislação vigente, incidente sobre o objeto do contrato, em especial:

- Os técnicos que prestarão os serviços deverão usar uniforme e crachá de identificação.
- Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos em vigor, no local de trabalho.
- Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do serviço.
- Reparar ou refazer, sem qualquer ônus para a Contratante, os serviços que, a critério desta, não tenham sido bem executados ou que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- Cumprir as Normas Regulamentadoras de Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho (NR).
- Manter, durante toda a execução do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem cumprir a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- Responder diretamente por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na

execução do contrato, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

f) A inadimplência da credenciada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

g) Permitir à Contratante a fiscalização, com pré-agendamento junto à credenciada, para a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações, visando o bom andamento do serviço.

h) Disponibilizar equipe devidamente treinada, capacitada e habilitada para a execução da Terapia Renal Substitutiva (TRS), responsabilizando-se pela gestão técnica dos serviços que prestar, bem como pelos atos de seus profissionais envolvidos, além de indicar um profissional para a assunção da Responsabilidade Técnica junto à Vigilância Sanitária.

i) Todas as consultas às atividades da credenciada, estarão disponibilizadas à Unidade de Avaliação e Controle – UAC.

j) A CREDENCIADA deverá gerenciar internamente, os resíduos provenientes dos serviços prestados, em lixeiras apropriadas, com tampa, pedal e identificação (sinalização) de acordo com GRUPOS RESÍDUOS (RESOLUÇÃO RDC ANVISA N.º 306/04 / Resolução CONAMA N.º 358/05).

k) A CREDENCIADA deverá garantir a não paralisação dos serviços contratados, por motivos de falta de insumos/equipamentos, transporte ou recursos humanos. A CREDENCIADA deverá ter recursos sobressalentes para que o serviço não sofra descontinuidade.

l) Compete à CREDENCIADA implantar formulários e processos para elaboração de POPs.

m) A CREDENCIADA deverá implantar controle de qualidade interno e externo.

n) É responsabilidade da CREDENCIADA realizar a calibração de equipamentos.

o) A CREDENCIADA deverá realizar auditorias internas.

p) A CREDENCIADA deverá obedecer aos requisitos da Resolução RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 com suas atualizações posteriores ou outra que a venha substituí-la, quanto às normas específicas referentes à área de engenharia, arquitetura e vigilância sanitária em vigor, com vistas a garantir as condições físicas adequadas ao atendimento da clientela, bem como às disposições da Resolução RDC nº 11, de 13/03/2014 com suas alterações posteriores ou outra que vier a substituí-la, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências, Resolução RDC nº 63 de 25/11/2011 com suas alterações posteriores ou outra que vier a substituí-la, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde e dá outras providências e Resolução RDC nº 36 de 25/07/2013 com suas alterações posteriores ou outra que vier a substituí-la, que Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;

q) Manter-se habilitada junto ao Ministério de Saúde em acordo, com a Portaria MS Nº 389/2014, notadamente nas disposições contidas nos artigos 14, 15 e 16 da Portaria Ministério da Saúde nº 389/2014.

6.3. DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

6.3.1. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste CONTRATO, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SECRETARIA.

Parágrafo primeiro A CONTRATADA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais;

Parágrafo segundo O custo da desmobilização, incluindo aquele relativo à dispensa do pessoal e terceiros contratados pela CONTRATADA para execução do objeto deste CONTRATO, é de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo indenização a qualquer título a ser paga pela CONTRATANTE.

Parágrafo terceiro A CONTRATADA será responsável pela indenização de danos causados a pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária; de negligência, imperícia ou imprudência, praticada por seus empregados, profissional ou preposta, ficando-lhe assegurado o direito de regresso.

Parágrafo quarto A fiscalização e o acompanhamento da execução deste CONTRATO por órgãos do SUS não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo quinto A responsabilidade de que trata esta cláusula se estende a casos de danos decorrentes de defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO

7.1. O Acompanhamento e a fiscalização da execução do credenciamento consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, conforme previsto na Lei n° 14.133, de 1° de Abril de 2021, Lei de Licitações e contratos Administrativos.

7.2. Fica designado como gestor do presente instrumento o(a) Sr(a). **RENATA SOARES RIBEIRO VIUDES DOS SANTOS**, Coordenadora de Atenção Especializada ou quem vir a substituí-lo.

CLÁUSULA OITAVA – EMISSÃO DA NOTA FISCAL E DO PAGAMENTO

8.1. A credenciada emitirá para a administração pública, após entrega e aprovação dos procedimentos

executados junto à UAC - Unidade de Avaliação e Controle, a Nota Fiscal de acordo com as normas estabelecidas no presente Termo de Referência, a qual deverá ser emitida discriminando:

a) o número do Pedido de Compras emitido;

8.1.1. O gestor da presente aquisição dará o aceite na nota fiscal. O aceite dado pelo gestor subentende que o credenciado cumpriu integralmente as disposições contidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, após os autos serão encaminhados à Coordenadoria de Finanças do SAME/FM para fins de pagamento.

8.2. A Coordenadoria de Finanças do SAME/FM efetuará os pagamentos mediante crédito em conta bancária, no prazo de até 30 (TRINTA) dias, contados da apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica expedida.

8.3. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à credenciada carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada à Diretoria de Finanças no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

8.4. Caso a credenciada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

Parágrafo Único: Excepcionalmente no mês de janeiro de cada exercício, o pagamento se dará até o dia 31, haja vista o encerramento e a abertura do orçamento do município.

CLÁUSULA NONA - MODO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1- O prazo previsto para início da execução dos serviços é de até 30 (trinta) dias corridos a contar da autorização de implantação.

9.2. A credenciada deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 10 dias que antecede a data do início da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DECIMA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

10.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo 1º. Na aplicação das sanções serão considerados:

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;

II. As peculiaridades do caso concreto;

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo 2º. A sanção prevista no inciso I da subcláusula 10.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I da subcláusula 10.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo 3º. A sanção prevista no inciso II da subcláusula 10.2., calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na subcláusula 10.1..

Parágrafo 4º. A sanção prevista no inciso III da subcláusula 10.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII da subcláusula 22.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado à sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo 5º. A sanção prevista no inciso IV da subcláusula 10.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII da subcláusula 10.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII da subcláusula 10.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Parágrafo 4º desta subcláusula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo 6º. A sanção estabelecida no inciso IV da subcláusula 10.2., será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

Parágrafo 7º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV da subcláusula 10.2., poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II da subcláusula 10.2..

Parágrafo 8º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo 9º. A aplicação das sanções previstas na subcláusula 10.2., não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante.

b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias.

c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme descrito na subcláusula 10.4.

e) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, com o consequente descredenciamento, pelo prazo de 03 (três) anos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, conforme descrito na subcláusula 10.5.

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida até a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados.

10.4. A multa de que trata o inciso II da subcláusula 10.2., será aplicada da seguinte forma:

a) Nos casos de atraso na entrega do objeto ou na entrega meramente parcial, que se prolongue até o 10º (décimo) dia, contado daquele imediatamente posterior à assinatura do Contrato, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculado sobre o Contrato.

b) Nos casos de atraso na entrega do objeto ou entrega meramente parcial, que se prolongue do 11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia, contado daquele imediatamente posterior à assinatura do Contrato, será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, calculado sobre o valor do Contrato.

c) À licitante que pretendendo se valer do tratamento dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, não apresentar, quando da assinatura do Contrato, os documentos eventualmente necessários à complementação da habilitação jurídica, será também aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor da proposta que tiver inicialmente apresentado na cotação.

d) Nos casos de inexecução total da obrigação, que se configura com a recusa injustificada em assinar do Contrato no prazo estipulado bem como com a mora na entrega do objeto por prazo superior a 30 (trinta) dias, contados do dia imediatamente posterior à assinatura do Contrato, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

10.4.1. Para a aplicação da multa de mora tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor do Contrato acionará, por meio de memorando, o departamento financeiro deste Serviço de Assistência Médica Francisco Morato – SAME, para que proceda ao desconto por ocasião do pagamento das notas fiscais/faturas, ainda que inexista relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador de multa.

10.5. Ficará impedida de contratar com o Serviço de Assistência Médica Francisco Morato – SAME e será descredenciada do respectivo Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de 03 (três) anos, conforme previsto no inciso III da subcláusula 10.2., sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, a licitante que, sagrada vencedora:

I. Recusar-se a assinar do Contrato;

II. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

III. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

IV. Não mantiver a proposta de preço.

10.6. Será Declarada inidônea e descredenciada do respectivo Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de 06 (seis) anos conforme previsto no inciso VI da subcláusula 10.2., sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, a licitante que:

I. Falhar ou fraudar na execução do objeto;
II. Comportar-se de modo inidôneo;
III. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

10.7. As multas e demais penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente;

10.8. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Superintendente do SAME/FM e protocolizados em dias úteis, das 9h00min às 16h00min, na Praça da Liberdade, nº 10 – 2º Andar – Jd. Sinobe – Francisco Morato (SP) – CEP: 07908-165;

10.9. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada;

10.10. Após o vencimento do prazo recursal, os valores referentes às penalidades pecuniárias serão cobrados nos moldes do subitem 22.4.1. Não havendo pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DOS REQUISITOS EXIGIDOS

11.1. Das Condições Organizacionais

I. O serviço de diálise deve possuir licença atualizada de acordo com a legislação sanitária local, afixada em local visível ao público.

II. O serviço de diálise deve possuir um responsável técnico e um substituto.

III. O responsável técnico só pode assumir responsabilidade por 1 (um) serviço de diálise.

IV. Todos os membros da equipe de saúde responsáveis pelo atendimento ao paciente durante o procedimento hemodialítico devem permanecer no ambiente de diálise durante toda a sessão.

V. O serviço de diálise deve dispor de normas, procedimentos e rotinas técnicas escritas e atualizadas, de todos os seus processos de trabalho em local de fácil acesso a toda a equipe.

VI. Para a definição e elaboração das normas, procedimentos e rotinas técnicas, devem ser

observadas as normativas vigentes e as melhores evidências científicas disponíveis.

VII. O serviço de diálise deve constituir um Núcleo de Segurança do Paciente, responsável por elaborar e implantar um Plano de Segurança do Paciente, conforme normativa vigente.

VIII. O serviço de diálise deve implantar mecanismos de avaliação da qualidade e monitoramento dos seus processos por meio de indicadores ou de outras ferramentas.

IX. O serviço de diálise deve manter disponível para as autoridades sanitárias competentes as informações referentes à avaliação da qualidade e monitoramento dos processos desenvolvidos no serviço.

11.2. Da Atenção ao Paciente

I. O serviço de diálise deve registrar no prontuário todas as informações referentes à evolução clínica e a assistência prestada ao paciente.

II. O prontuário deve conter registros de todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente.

III. O serviço de diálise deve garantir a assistência ao paciente em caso de intercorrências relacionadas ao processo de diálise, incluindo mecanismos que garantam a continuidade da atenção quando houver necessidade de remoção.

IV. O serviço de diálise que fornece alimentos ao paciente deve garantir as condições higiênico-sanitárias, de acordo com a normatização vigente.

V. É obrigatória, ao final de cada sessão, a limpeza e desinfecção da máquina e das superfícies que entram em contato com o paciente.

VI. A assistência ao paciente com sorologia positiva para hepatite B (HbsAg+) deve ser realizada por profissional exclusivo durante toda a sessão de hemodiálise.

VII. É vedado ao profissional que não soroconverteu, após a vacinação contra o vírus da Hepatite B e a adoção do protocolo de vacinação do Programa Nacional de Imunização (PNI), atuar na sessão de hemodiálise e no processamento de dialisadores e linhas arterial e venosa de pacientes com sorologia positiva para hepatite B.

VIII. Os pacientes recém-admitidos no programa de tratamento dialítico com sorologia desconhecida para hepatite B devem ser assistidos por profissional exclusivo durante todo o procedimento hemodialítico, em máquinas específicas para esse tipo de atendimento.

11.3. Da infraestrutura

11.3.1. O serviço de hemodiálise deve dispor de ambientes compatíveis com a demanda, contendo no mínimo:

I. consultório;

II. área para prescrição médica;

III. posto de enfermagem;

IV. sala de recuperação e atendimento de emergência;

V. área para guarda dos pertences dos pacientes;

VI. área de registro (arquivo) e espera de pacientes e acompanhantes;

VII. sala de utilidades;

VIII. sanitários para pacientes (masculino, feminino e adaptado);

IX. sanitários para funcionários (masculino, feminino);

X. depósito de material de limpeza;

XI. depósito de material (almoxarifado);

XII. área para guarda dos pertences dos funcionários;

XIII. área de maca e cadeira de rodas;

XIV. sala para hemodiálise com área para lavagem de fístulas;

XV. sala para hemodiálise de pacientes com sorologia positiva para hepatite B com área para lavagem de fístulas;

XVI. sala para processamento dos dialisadores;

XVII. área específica para o armazenamento dos recipientes de acondicionamento do dialisador;

XVIII. sala do STDAH (Sistema de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise).

XIX. A sala para hemodiálise de pacientes com sorologia positiva para hepatite B pode ser considerada opcional, desde que haja previsão de outro serviço de referência para o atendimento desses pacientes.

XX. O dimensionamento dos ambientes deve ser compatível com a demanda do serviço.

11.3.2. A sala para processamento de dialisadores deve ser exclusiva, contígua à sala para hemodiálise e possuir:

I. sistema de exaustão de ar, conforme normas específicas;

II. bancadas específicas para a etapa de limpeza, constituída de material resistente e passível de limpeza e desinfecção, abastecidas de água tratada para hemodiálise, com esgotamento individualizado. Cada bancada deve ser dotada de uma cuba profunda, de forma a impedir a

troca de líquidos entre as cubas;

III. bancada específica para a etapa de esterilização do dialisador, constituída de material resistente e passível de limpeza e desinfecção.

IV. O dimensionamento da sala de processamento e das bancadas deve ser adequado à demanda e às atividades envolvidas.

V. Devem ser respeitadas as barreiras técnicas para o fluxo do processamento.

VI. A sala do STDAH deve ser utilizada apenas para a finalidade a que se destina, deve dispor de acesso facilitado para sua operação e manutenção e estar protegida contra intempéries e vetores.

11.4. Do Gerenciamento de Tecnologias

I. O serviço de diálise deve elaborar, implementar e manter um plano de gerenciamento das tecnologias em saúde utilizadas pelos serviços, conforme as normativas vigentes.

II. O sistema de tratamento e distribuição de água para hemodiálise e o controle de qualidade da água para hemodiálise devem estar contemplados no plano de gerenciamento.

11.5. Dos Dialisadores e Linhas Arteriais e Venosas

I. É vedado o reúso de linhas arteriais e venosas utilizadas em todos os procedimentos hemodialíticos.

II. É vedado o reúso de dialisadores: I – com a indicação na rotulagem de "proibido reprocessar"; II – que não possuam capilares com membrana biocompatível; III – de paciente com sorologia positiva para hepatite B, hepatite C (tratados ou não) e HIV; IV – de paciente com sorologia desconhecida para hepatite B, C e HIV.

III. Os diálisadores podem ser utilizados para o mesmo paciente no máximo 20 (vinte) vezes, após ser submetido ao processamento automático, observando-se a medida mínima permitida do volume interno das fibras.

IV. É obrigatória a medida do volume interno das fibras em todos os dialisadores antes do primeiro uso e após cada reuso subsequente. Após a medida do volume interno das fibras, qualquer resultado indicando uma redução superior a 20% (vinte por cento) do volume inicial, torna obrigatório o descarte do dialisador, independentemente do número de reusos e do método empregado para o seu processamento. Todos os valores da medida do volume interno das fibras do dialisador, obtidos durante o seu processamento, devem ser registrados, datados e assinados pelo responsável pelo processo, e permanecer disponíveis para consulta dos pacientes e da autoridade sanitária, devendo ser mantido no prontuário do paciente.

V. Todas as atividades relacionadas ao processamento de dialisadores devem ser realizadas por profissional comprovadamente capacitado para esta atividade.

VI. O serviço de diálise deve estabelecer e validar os protocolos de limpeza e esterilização dos dialisadores.

11.6. Dos Equipamentos e Materiais

I. O serviço de diálise deve dispor de equipamentos compatíveis com a demanda prevista e com os protocolos assistenciais para seu funcionamento.

II. Os equipamentos e outros produtos para saúde em uso no serviço de diálise devem estar regularizados junto à Anvisa e ser operados de acordo com as recomendações do fabricante.

III. O serviço de diálise deve possuir equipamento de hemodiálise de reserva em número suficiente para assegurar a continuidade do atendimento. Parágrafo único. O equipamento de reserva deve passar por processo de limpeza e desinfecção imediatamente antes do uso.

IV. As tomadas de pressão (manômetros) arterial e venosa do equipamento de hemodiálise devem estar isoladas dos fluidos corpóreos do paciente mediante utilização de isolador de pressão descartável de uso único.

V. O serviço de diálise deve dispor de equipamentos para aferição de medidas antropométricas dos pacientes, incluindo balança própria para cadeirantes e pessoas com necessidades especiais.

VI. O serviço de diálise deve dispor de materiais e equipamentos para o atendimento de emergência, no próprio local ou em área contígua e de fácil acesso e em plenas condições de funcionamento. Parágrafo único. Se o serviço atender a pacientes pediátricos, deve possuir materiais e equipamentos de emergência compatíveis para o atendimento pediátrico.

11.7. Da Qualidade da Água

I. A água de abastecimento do serviço de diálise deve ter o seu padrão de potabilidade em conformidade com a normatização vigente.

II. A análise da água para hemodiálise deve ser realizada por laboratório analítico, licenciado junto ao órgão sanitário competente.

III. As amostras da água para hemodiálise para fins de análises físico-químicas devem ser coletadas em ponto após o subsistema de tratamento de água para hemodiálise.

IV. As amostras da água para hemodiálise para fins de análises microbiológicas devem ser coletadas, no mínimo, nos seguintes pontos: I – no ponto de retorno da alça de distribuição (loop); II – em um dos pontos na sala de processamento.

11.8. Das Análises Microbiológicas do Dialisato

I. Deve ser feita análise microbiológica mensal de uma amostra da solução de diálise (dialisato) colhida da máquina de diálise, imediatamente antes do dialisador, no final da sessão.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Será admitido o reajuste do preço do serviço objeto deste contrato, com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (Índice de Preço ao Consumidor – IPC/FIPE) ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

§ 1° Caso o CONTRATADO não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.

§ 2º O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato.

§ 3º A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

12.2. A apreciação de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pelo Contratante, sob amparo do que prescreve o Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, dependerá de comprovação, pela Contratada, da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, tais como notícias de jornais e da Internet, análises conjunturais e econômicas, ou, caso se aplique, a criação ou alteração de tributos ou de encargos legais ou ainda a superveniência de disposições legais que tenham impacto sobre o preço contratado, a qual será analisada a Procuradoria-Geral da Autarquia.

§ 1º A análise para deferimento total ou parcial ou ainda indeferimento da revisão solicitada deverá ser respondida/apreciada, em aproximadamente 10 (dez) dias úteis, contados a partir da entrega da documentação completa pelo CONTRATADO.

12.2.1. A autorização de revisão dos preços contratados dependerá de aprovação pelo Contratante, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos serviços realizados a partir da data de assinatura do Termo Aditivo.

12.2.2. Os pedidos de Reajuste e Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato Deverá ser protocolado na Secretaria do SAME – Praça da Liberdade, nº 10 – 2º Andar, Jardim Sinobe – Francisco Morato/SP, ou pessoalmente ou via Correspondente, cabendo ao solicitante o acompanhamento e confirmação do recebimento e seu devido protocolo.

12.2.3. Enquanto as solicitações de revisão de preços contratados estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender os serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

12.2.4. O Contratante, nos casos de revisão de preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar.

12.2.5. Na hipótese de revisão de preços a favor da Autarquia, esta deverá comprovar, através de

pesquisa de mercado ou qualquer outro parâmetro aplicável, o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores constantes do Contrato.

12.3. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

13.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

§ 1º Regulamento poderá especificar procedimentos e critérios para verificação da ocorrência dos motivos previstos no caput deste artigo.

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

II - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

III - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

13.2. A extinção do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Donsensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

II - pagamento do custo da desmobilização.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º Na hipótese do inciso II, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Superintendente da Autarquia.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.1. – DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA, consistirão em:

I - Documento Pessoal – Cédula de Identidade do Proprietário, Administrador ou Procurador, conforme for o caso;

II - Em se tratando de:

a) EMPRESA INDIVIDUAL - Ato constitutivo e alterações subsequentes (se houver), devidamente registrados na Junta Comercial;

b) SOCIEDADES EMPRESARIAIS OU SIMPLES: Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sendo o caso de Simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) SOCIEDADE POR AÇÕES: Ato constitutivo e alterações subsequentes (se houver), devidamente registrados na Junta Comercial, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA – em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Parágrafo único: Tais documentos deverão ser acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

e) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas.

14.2. – DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, consistirão em:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou **Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Termo de Contrato;

III. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

a) Certidão Negativa Conjunta de Débitos ou positiva com efeitos negativos relativos a tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a **prova de regularidade relativa à Seguridade Social** – INSS, expedida pela Receita Federal do Brasil;

b) Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativos quanto ao ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou pela Procuradoria Geral do Estado, ou ainda se for o caso declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal da licitante, citando a base legal, sob as penas da lei;

c) Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativos quanto aos Tributos Mobiliários, ISS, localização e funcionamento, expedida pela Fazenda Municipal.

IV. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos mediante apresentação de Certidão Negativa ou positiva com efeitos negativos de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida com base do artigo 642-A da Consolidação das Leis Trabalho – CLT e inciso III do artigo 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e na

Resolução n.º 1.470 de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS REGRAS APLICÁVEIS À PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. Considerando o Tratamento de Dados Pessoais que é realizado pelas Partes, seus funcionários, representantes, contratados ou outros, as Partes devem garantir que qualquer pessoa envolvida no Tratamento de Dados Pessoais em seu nome, em razão deste instrumento, cumprirá esta cláusula, sendo que as partes atuarão conjuntamente nas operações que tratarem Dados Pessoais:

CONTRATADA: IMON -- INSTITUTO MORATENSE DE NEFROLOGIA
Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais: NILSO MOREIRA
E-mail: moreiranilso5@gmail.com

CONTRATANTE: SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO - SAME
Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais: MARA CRISTINA DAL SASSO LOURENÇO
E-mail: mara.lourenco@saude.franciscomorato.sp.gov.br

15.2. As Partes tratarão os dados pessoais para a finalidade e as obrigações contratuais descritas neste instrumento ou outras definidas por meio de aditivos contratuais. Igualmente, as Partes não coletarão, usarão, acessarão, manterão, modificarão, divulgarão, transferirão ou, de outra forma, tratarão dados pessoais, de maneira que viole a finalidade, dando ciência à outra parte sobre qualquer incidente. As Partes tratarão os Dados Pessoais em observância a todas as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis.

15.3. As Partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente instrumento, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob prejuízo da Parte infratora responder pelas perdas e danos devidamente apuradas.

15.4. As Partes reconhecem que os Dados Pessoais Sensíveis estão sujeitos a um maior rigor legal e, portanto, exigem maior proteção técnica e organizacional. Assim, quando houver operações de Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis, deve ser garantido que as proteções técnicas apropriadas, aptas a manter a integridade, confidencialidade e segurança destas informações sejam implementadas, como por exemplo, a criptografia. As Partes concordam em realizar o Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis apenas quando estritamente necessário para cumprir com as disposições contratuais.

15.5. As Partes assegurarão que os Dados Pessoais não sejam acessados, compartilhados ou transferidos para terceiros (incluindo subcontratados, agentes autorizados e afiliados) sem o consentimento expresso do detentor dos dados ou quando não haja base legal. Caso seja ajustada entre as Partes estas operações de tratamento, elas devem garantir que tais terceiros se obriguem, por escrito, a garantir a mesma proteção aos Dados Pessoais estabelecida neste instrumento. As Partes serão responsáveis por todas as ações e omissões realizadas por tais terceiros, relativas ao Tratamento

dos Dados Pessoais, como se as tivessem realizado.

15.6. As Partes concordam e declaram possuir medidas implementadas para proteger as informações pessoais tratadas, possuir uma política de segurança da informação instituída, a qual deverá determinar medidas técnicas e administrativas capazes de garantir a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações tratadas.

15.7. As Partes concordam que qualquer auditor ou empresa de segurança terceirizada que celebre um contrato com uma das Partes deverá:

I. usar as informações confidenciais da outra Parte somente para fins de inspeção ou auditoria;

II. manter as informações confidenciais da outra Parte (incluindo quaisquer informações relativas a seus outros clientes) confidenciais; e

III. Tratar os Dados Pessoais em observância às regras aqui estabelecidas.

15.8. Quando da extinção do vínculo contratual e obrigacional existente, as Partes deverão devolver os dados pessoais compartilhados em razão das finalidades previamente pactuadas e realizar a exclusão definitiva e permanente dos mesmos, desde que inexista base legal para tratamento desses dados. Não obstante, em caso de solicitação expressa e justificada, por escrito, de uma das Partes, deverá a outra Parte manter em arquivo os dados pessoais compartilhados para cumprimento da finalidade determinada pelo presente instrumento, pelo tempo determinado na solicitação.

15.9. Não obstante qualquer disposição em contrário, as obrigações definidas neste Contrato, perdurarão enquanto as Partes continuarem a ter acesso, estiverem na posse, adquirirem ou realizarem qualquer operação de Tratamento aos Dados Pessoais obtidos em razão da presente relação contratual, mesmo que o presente instrumento tenha expirado ou sido rescindido.

15.10. Caso os prazos omissos na legislação venham a ser regulamentados, as partes permanecerão a cumprir os prazos aqui previstos, desde que não sejam contrários ao previsto na legislação – se assim for, estes prevalecerão em detrimento dos prazos aqui acordados, em tempo hábil e sem demora injustificada, sem que haja prejuízo a qualquer uma das partes no atendimento das requisições realizadas pelos titulares de dados, ou, ainda, em situações que envolvam incidentes de segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É vedada a contratação de empresa que tenha em seu quadro de empregados ou societário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, ou por adoção, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento, do Prefeito, do Vice-Prefeito, de Secretários Municipais e de Vereadores do Município de Francisco Morato.

16.2. O SAME reserva-se o direito de, ainda, recusar o recebimento do produto que não atender as especificações ou que sejam considerados inadequados pela Fiscalização, sem que caiba qualquer ressarcimento ou contraprestação, sendo obrigação da CONTRATADA proceder à respectiva substituição, imediatamente.

16.3. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo que por omissões, a inobservância no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições deste contrato e/ou dos documentos e anexos do Edital que dele fazem parte, tal fato não terá o condão de liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas e plenamente exigíveis, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

16.4. A contratada deverá comunicar ao Serviço de Assistência Médica Francisco Morato – SAME, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

17.1 - As partes elegem o foro de Francisco Morato, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas próprias contratantes.

17.2 - E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 3 vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 duas testemunhas, abaixo assinadas.

Francisco Morato, 01 de outubro de 2025.

THIAGO CAMPOS AMADO
Superintendente do SAME

NILSO MOREIRA
IMON- INSTITUTO MORATENSE DE NEFROLOGIA LTDA

TESTEMUNHAS

NOME: Maria Neuza Lisboa da Silva

CPF: [redacted]

NOME: Jacqueline da S. Batista

CPF: [redacted]

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: SAME/FM – SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO

CONTRATADO: IMON – INSTITUTO MORATENSE DE NEFROLOGIA

TERMO DE CONTRATO Nº 52/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA (TRS), PARA ATENDER O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO – SAME/FM, PARA USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DA RRAS 03 - FRANCO DA ROCHA, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, por períodos sucessivos, até o limite legal, em havendo interesse e desde que seja mantida a vantajosidade para a administração.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: JULIO CEZAR DA SILVA CATALANI – OAB/SP 218.757

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre

atualizados.

2. **Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Francisco Morato, 01 de outubro de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: THIAGO CAMPOS AMADO
Cargo: SUPERINTENDENTE
CPF: [redacted]

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO :
Nome: THIAGO CAMPOS AMADO
Cargo: SUPERINTENDENTE
CPF: [redacted]
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:
Nome: THIAGO CAMPOS AMADO
Cargo: SUPERINTENDENTE
CPF: [redacted]
Assinatura: _____

Pela Contratada:
Nome: NILSO MOREIRA
Cargo: SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: [redacted]
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: THIAGO CAMPOS AMADO
Cargo: SUPERINTENDENTE
CPF: [redacted]
Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:
Nome: RENATA SOARES RIBEIRO VIUDES DOS SANTOS
Cargo: COORDENADORA DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
CPF: [redacted]
Assinatura: _____